

EPISTEMICÍDIO AMBIENTAL E SABERES ANCESTRAIS FEMININOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA JUSTIÇA CLIMÁTICA

Autor(res)

Giselle Marques
Isadora De Oliveira
Natália Marques Ferreira

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE CAMPO GRANDE

Introdução

A proteção ao meio ambiente constitui dimensão fundamental dos Direitos Humanos, estando diretamente vinculada ao princípio da dignidade da pessoa humana e ao direito a uma vida digna. Conforme destaca Norberto Bobbio, a Declaração Universal dos Direitos Humanos representa um marco no reconhecimento da humanidade no sistema jurídico (BOBBIO, 2004). No Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegura, em seu art. 225, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (BRASIL, 1988). Contudo, a lógica capitalista de exploração ambiental tem contribuído para a invisibilização de saberes ancestrais, especialmente aqueles historicamente produzidos e transmitidos por mulheres. Esse processo é denominado por Boaventura de Sousa Santos como epistemicídio, entendido como a “morte do conhecimento socialmente produzido” (SANTOS, 2000), evidenciando a desvalorização de conhecimentos tradicionais relevantes para a preservação ambiental e para a construção de práticas sustentáveis.

Objetivo

A pesquisa teve como objetivo investigar a relação entre o epistemicídio e a participação das mulheres na preservação ambiental, temática em crescente relevância no Brasil. De forma específica, buscou-se analisar como os saberes ancestrais femininos podem contribuir para a formulação e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à proteção do meio ambiente.

Material e Métodos

A investigação baseou-se em revisão de literatura, com análise crítica das informações à luz do método dialético, permitindo explorar as contradições e relações envolvidas no tema. Foram utilizadas fontes institucionais disponibilizadas em meios eletrônicos, além de estudos técnicos voltados à proteção ambiental. O trabalho também incorporou produções acadêmicas variadas como livros, artigos, dissertações e teses, resultando em uma compreensão mais abrangente do conteúdo.

Resultados e Discussão

Os saberes ancestrais femininos revelam potencial significativo para fundamentar políticas públicas de

preservação ambiental. A compreensão da complexidade ecológica exige a reconstrução de paradigmas que historicamente marginalizaram conhecimentos tradicionais. Contudo, a produção das comunidades tradicionais vem sendo invisibilizada pela lógica econômica dominante, configurando violência epistemicida e contribuindo para a degradação ambiental (DE MIRANDA, 2017). Nesse contexto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, especialmente o ODS 5, ao promover a igualdade de gênero, reconhecem a relevância do protagonismo feminino na construção de práticas sustentáveis (ONU, 2017). As mulheres tradicionais, ao aliarem manejo ambiental e transmissão de saberes, mostram-se essenciais para a conservação da biodiversidade e para a promoção de justiça socioambiental (VALE, 2025).

Conclusão

A pesquisa evidenciou a invisibilização dos saberes das mulheres tradicionais no debate ambiental. O enfrentamento dessa realidade demanda o fortalecimento legislativo, a efetivação de audiências públicas e a atuação comprometida do poder público na escuta dessas mulheres. Reconhecer seus conhecimentos é medida de justiça e condição essencial para a preservação ambiental e a garantia do direito coletivo ao meio ambiente equilibrado.

Agência de Fomento

FUNDECT-Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul

Referências

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federal do Brasil.

SANTOS, Boaventura de Souza. Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência. Para um Novo Senso Comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, vol 1. São Paulo, Cortez, 2000.

DE MIRANDA, Sandro Ari Andrade. A crise ecológica, o epistemicídio e a destruição dos saberes. Revista Saberes da Amazônia, v. 2, n. 4, 2017.

VALE, Larissa Mesquita do; CAVALCANTE, Isadora D' Lourdes Araújo; AMORIM, Aiala Vieira; SOUSA, Ana Júlia Oliveira de; HOLANDA, Ana Karina Cavalcante; XAVIER, Antonio Roberto. Terra, gênero e saberes tradicionais: o protagonismo da mulher rural. Cadernos Cajuína, [S. l.], v. 10, n. 4, p. e1093 , 2025. DOI: 10.52641/cadcajv10i4.1093.

ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2017.